



MESTRADO

DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO

DISSERTAÇÃO

O COMBATE À POBREZA EM MOÇAMBIQUE

ABORDAGEM PRÓ POBRE

YOLANDA ANA BORGES FRANCISCO

Professor ALEXANDRE JOSÉ GERMANO DE ABREU

Outubro de 2022

“O desenvolvimento económico como um processo de ampliação da oferta e da apropriação de bens materiais e culturais por parte de uma determinada comunidade, deve ser endógeno”.

Ragendra De Sousa

Índice

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	iv
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1	2
DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL E TEÓRICA	2
1.1 POBREZA.....	2
1.2. As abordagens unidimensional e multidimensional da pobreza.....	5
1.2.1 Abordagem Unidimensional.....	5
1.2.2 Abordagem Multidimensional	6
1.3 <i>Pro Poor Growth</i>	8
1.4 Teoria do <i>Trickle Down</i>	10
CAPÍTULO 2	11
MOÇAMBIQUE E O COMBATE À POBREZA.....	11
2.1 Visão Geral	11
2.2 Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)	13
2.3 O Efeito do Investimento Directo Estrangeiro	15
CAPÍTULO 3	21
3. CRESCIMENTO PRÓ-POBRE?	21
3.1 Desenvolvimentos Recentes.....	28
CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Julieta Francisco e João Nhantsuruane por, de forma abnegada, embarcarem na digressão de salvaguardarem a minha integridade física e emocional, por me darem pernas para andar e encorajar a bater asas para onde quer que fosse feliz. Todo o meu respeito e amor.

Ao professor Alexandre De Abreu, pela instrução ao longo desta jornada, pelo encorajamento e por me assegurar que conseguiria concluir esta etapa de vida, a minha mais profunda gratidão.

Aos meus colegas e amigos de curso, brigada por tornarem a minha adaptação em um país novo tão leve, agradável e por enriquecerem minha vida para além do curso.

Nuzyare Moura, minha Nuzy, não poderei agradecer o suficiente por me receber em sua vida de braços abertos, abraços apertados, bom humor e pragmatismo únicos. Sua contribuição neste projecto, assim como consistência em agarrar a lanterna para que eu seguisse adiante, serão eternamente valorizados.

Ronny Felipe, pilar desta jornada, minha vidinha, não poderei agradecer o suficiente pela omnipresença a cada passo do caminho.

RESUMO

Este trabalho perscruta a dinâmica da pobreza em Moçambique ao longo dos anos em face das várias e estruturantes mudanças sociais, políticas e económicas. Com recurso aos indicadores utilizados internacionalmente para medição da pobreza, procura-se perceber em que medida o efeito das políticas públicas implementadas impacta a economia nacional assim como a forma com que esse efeito se repercute pelos mais pobres.

Palavras chave: pobreza, Moçambique, políticas públicas.

ABSTRACT

This work examines the dynamics of poverty in Mozambique over the years in the face of several and structuring social, political, and economic changes. Using international indicators for poverty, it seeks to understand to what extent the effect of the implemented political policies impacts the national economy as well as the way in which it repercusses to the poorer.

Key words: Poverty, Mozambique, public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADB: Banco de desenvolvimento asiático

BM: Banco mundial

CIC: Curva de incidência de crescimento

IDE: Investimento directo estrangeiro

IPM: Índice de pobreza multidimensional

FMI: Fundo monetário internacional

OCDE: Organização para a cooperação e desenvolvimento económico

PARP: Plano de acção para a redução da pobreza

PARPA: Plano de acção para pobreza absoluta

PAE: Programa de ajustamento estrutural

INTRODUÇÃO

O fenómeno pobreza em Moçambique e os mecanismos para a sua diminuição são abordados nesta dissertação sob a óptica de relevantes teorias, autores e instituições que actuam para a sua conceptualização, mensuração e análise.

De início, a dissertação apresenta definições que visam delimitar o escopo da análise tendo em conta a abrangência temática. No capítulo 1, são apresentadas as incontornáveis abordagens unidimensional e multidimensional. Na sequência, discorre-se sobre o conceito de crescimento pró-pobre e sobre a hipótese de *trickle-down*, cujas raízes remontam aos anos 1950, e as quais tiveram impacto na abordagem adoptada por Moçambique no combate à pobreza.

O capítulo 2 detém-se a apresentar o quadro moçambicano desde a sua independência, em 1975, até o ano de 2015. O enfoque se dá, sobretudo, nos Planos de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), posteriormente PARP (plano de acção para pobreza), estratégias políticas escolhidas pelo governo para lutar contra a pobreza.

Destaque também é dado ao papel do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e à indústria extractiva, os quais exerceram predominância na economia moçambicana das duas últimas décadas. Posteriormente, segue-se à análise do conceito de crescimento pró-pobre, com enfoque nas diferenças regionais do país, em especial, as diferentes características da superação da pobreza na capital, Maputo, e nas áreas rurais. Por fim, a ausência de dados oficiais actualizados dificultou uma análise extensiva ao período mais recente, contudo, lança-se um olhar breve aos últimos desenvolvimentos nesta matéria.

Assim, o objectivo principal deste trabalho é, com recurso à análise dos dados referentes ao desenvolvimento e crescimento económico em Moçambique, perceber em que medida, no período compreendido entre 1975 à data de hoje, o país estará a adoptar as melhores políticas para colmatar a pobreza e como a camada mais pobre se vê neste contexto.

Capítulo 1

DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL E TEÓRICA

Neste capítulo se disserta sobre os diferentes significados atribuídos à pobreza que, não obstante o facto de ser um fenómeno amplamente discutido a nível mundial, carece de consenso na sua conceptualização para uma visão mais objectiva e analítica. A falta de unanimidade na definição assim como na mensuração da pobreza reflete sua complexidade como fenómeno que comporta algum juízo de valor, podendo ser lido em termos relativos ou absolutos e ainda estudado sob um prisma puramente económico ou incorporando à sua análise aspectos não económicos intrinsecamente aliados à componente sócio-política da sociedade em estudo. Se discorrerá, por fim, sobre as duas principais perspectivas da pobreza, unidimensional e multidimensional.

1.1 POBREZA

O combate à pobreza é parte integrante da agenda de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) desde a década de 1980, com enfoque na economia de mercado. À época, muitos países endividados tiveram de seguir as directrizes *top-down* do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como os Programas de Ajustamento Estrutural (PRE), como condição exigida para a concessão da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). É debatível que estas medidas tenham possibilitado algum crescimento económico através da fórmula - equilibrar, privatizar e liberalizar, contudo, o aumento da pobreza é um resultado que pouco se contesta.

Não obstante se tratar de um tema com lugar de destaque em ambas agendas de desenvolvimento da ONU, amplamente fomentado no seio de nações em vias de desenvolvimento bem como de seus parceiros desenvolvidos, o conceito de pobreza suscita debates entre estudiosos e o seu significado não reúne consenso. A base de dados de terminologia¹ da ONU define pobreza como a “condição em que uma pessoa ou comunidade é privada de, ou não possui o essencial, para um padrão mínimo de bem-estar e vida”.

¹ Disponível em: <https://unterm.un.org/UNTERM/portal/welcome>.

A conceptualização de pobreza é comumente feita em termos comparativos contrapondo-se a renda ou o consumo individual com algum limiar definido abaixo do qual se considera pobre, contudo, uma segunda abordagem consiste em questionar em que medida as pessoas conseguem obter um tipo específico de consumo, seja ele alimentação, assistência médica e medicamentosa, casa, educação, entre outros. “O analista vai além das medidas monetárias tradicionais de pobreza: a pobreza nutricional pode ser medida examinando se as crianças são atrofiadas ou definhadas e a pobreza educacional pode ser medida perguntando se as pessoas são alfabetizadas ou o quanto de educação formal receberam” (Haughton e Khandker, 2009).

Opschoor (2007) define a pobreza como condição social de insegurança crónica resultante de um mau funcionamento dos sistemas económicos, ecológicos, culturais e sociais, fazendo com que grupos de pessoas percam a capacidade de se adaptar, sobreviver e viver além dos níveis mínimos de satisfação de suas necessidades e aspirações.

Reed (2002), define pobreza como o resultado da incapacidade das pessoas de obter acesso a activos que sustentam a vida (produtivos, ambientais, culturais), enquanto outras são capazes de assegurar as condições para vidas produtivas e estáveis.

Para Laderchi *et al*, é fundamental entender o espaço em que a pobreza é definida e como este é capturado pelos indicadores utilizados na sua mensuração. Entretanto, prevalece o questionamento sobre a aplicabilidade de um mesmo conceito bem como de indicadores em sociedades diferentes. Isto é, características únicas, traduzidas em contextos sociais, culturais, políticos e até religiosos que podem influenciar uma mesma metodologia que, sendo eficaz em uma sociedade, não tem sucesso assegurado noutra. Deste modo, assim como a conceptualização de pobreza, o melhor método de a combater não possui ou se traduz numa fórmula universalmente aplicável, havendo necessidade de, com vista a alcançar sucesso nesta luta, ajustar-se as abordagens às tipicidades de cada sociedade.

Rocha (2003), por sua vez, define pobreza pelo conceito de pobreza absoluta. Argumenta que o número que se divulga, por norma, como sendo o de famintos é, na verdade, determinado a partir de um critério de rendimento da pessoa, e não da sua situação nutricional. Assim, embora a renda familiar *per capita* possa ser insuficiente para aquisição de uma alimentação adequada, daí não decorre necessariamente que ela seja subnutrida. Utilizar o critério de renda para delimitar a população que "passa fome" significa, felizmente, superestimar o tamanho do problema. Alternativamente, a abordagem pela privação relativa classifica como pobre um grupo social destituído dos

meios de subsistência disponíveis para a maioria de uma população. Aqui o ponto de partida não é o estabelecimento de um padrão mínimo de satisfação para nenhuma necessidade: o que caracteriza a privação relativa é a situação de desvantagem numa distribuição. Nesta abordagem, o conceito de pobreza é estabelecido em função de um padrão médio de vida, estando implícito o aspecto de desigualdade social. Quando se adopta o padrão relativo, será considerado carente, sempre que houver desigualdade, o segmento localizado na base da distribuição.

A partir das diferentes abordagens sobre o conceito de pobreza destacam-se três concepções desenvolvidas no decorrer do século XX: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa.

O enfoque de sobrevivência, o mais restritivo, predominou nos séculos XIX e XX, até a década de 1950. Teve origem no trabalho de nutricionistas inglesas apontando que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico do indivíduo. Essa concepção foi adoptada na Inglaterra e exerceu grande influência em toda a Europa, sendo usada mais tarde pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Crespo e Gurovitz, 2002).

Num segundo momento, a partir de 1970, a pobreza tinha a conotação de necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Configurou-se o enfoque das necessidades básicas, apontando certas exigências de consumo essencial de uma família. Essa concepção passou a ser adoptada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a ONU, representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples. A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social (*idem*).

O enfoque da privação relativa evoluiu tendo como um de seus principais formuladores Amartya Sen, prémio Nobel de Economia (1999). Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o facto de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não implica somente privação material. As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas.

1.2. As abordagens unidimensional e multidimensional da pobreza

Como já referido, não há consenso na literatura acerca da definição e mensuração da pobreza. De acordo com Barros, 2014, o fenómeno pode ser conceituado como privação ou carência de determinados atributos, sejam eles monetários ou não. Não obstante a indefinição consensual, a secção seguinte pretende apresentar os principais teóricos e ideias transmitidas pelas abordagens unidimensional e multidimensional.

1.2.1 Abordagem Unidimensional

Caracterizada por basear-se em apenas um indicador para mensurar a pobreza, esta refere-se directamente à privação de rendimento. De acordo com Soares (2009), “as linhas de pobreza indicam um determinado patamar pautado geralmente em um quantitativo de renda para atestar uma situação de pobreza caso o indivíduo esteja abaixo desse parâmetro, fundamentando uma forma de mensuração monetária”.

Uma vantagem a destacar nesta abordagem é a facilidade em se estabelecer pontos de comparação entre diferentes regiões dentro e fora de um país (Lopes *et al*, 2003). A mensuração monetária da pobreza é bifurcada, podendo ser relativa ou subjectiva. Barros (2014) considera que “na abordagem da pobreza monetária relativa, os indivíduos classificados como pobres são aqueles cuja renda é inferior aos números entre 40% e 60% da renda mediana ou média da população em que habitam. Assim, procura-se identificar as pessoas que estejam muito abaixo da renda média da sociedade onde residem, ou seja, situa-se os indivíduos dentro da sociedade, identificando aqueles cujo padrão de vida se distancia da mediana. Neste caso, mudanças nas linhas de pobreza traduzem mudanças no padrão de vida médio da sociedade”.

A abordagem de pobreza monetária subjectiva, por sua vez, define a linha de pobreza por “meios de questões feitas aos indivíduos de uma determinada região geográfica sobre qual seria o rendimento mínimo suficiente para uma sobrevivência digna. A avaliação feita por cada indivíduo sobre a sua situação é extremamente importante para classificá-la ou não como pobre. Aqui, a principal vantagem é contemplar as

necessidades básicas de uma determinada população baseada nos hábitos e costumes da época e região do ambiente estudado” (Barros, 2014).

Analisar-se o fenómeno pobreza apenas sob o prisma do rendimento exclui uma plétora de aspectos intrínsecos à pobreza e de importância fundamental para seu entendimento e, por conseguinte, combate eficaz e eficiente. Portanto, consolida Barros (2014) “a mensuração da pobreza somente sobre o aspecto unidimensional precisa ser ampliada com a introdução de outros aspectos peculiares, os quais, em seus resultados, exprimem uma melhor caracterização desse fenómeno contribuindo para aprimorar o entendimento de suas causas , conseqüentemente, podendo auxiliar na formulação de políticas públicas mais direccionadas para a possível minimização do problema”.

1.2.2 Abordagem Multidimensional

A hegemonia do conceito de pobreza assente na ausência de renda foi corroída após muitos anos com a mudança do contexto sócio-político e económico do mundo que passou a ansiar por outras formas de entendimento do fenómeno pobreza que acometia múltiplas economias.

A perspectiva multidimensional tem sua fundação baseada na aplicação de diversas dimensões e indicadores para identificar uma situação de pobreza. Como exemplo, há a abordagem das necessidades humanas básicas que compreende a pobreza como privação nas dimensões de saúde, educação e rendimentos (Comim & Bagolin, 2002). Assim, a compreensão multidimensional da pobreza abarca diferentes superfícies nem sempre representadas na lógica do mercado, mas que afectam o bem-estar do indivíduo (Salama & Destremau, 2002).

A partir da abordagem das capacidades que se insere nesse âmbito multidimensional, a situação de pobreza instala-se quando há a privação de capacidades básicas². Deste modo, deve-se entender as capacidades como estados de privação que vão além de uma questão monetária. De forma ilustrativa, concebem-se estados como estar nutrido de forma satisfatória, estar saudável, viver sem sentir vergonha pela sua situação social, ser feliz, entre outros (Sen, 1996). Assim, as abordagens multidimensionais da pobreza representam melhores formas de compreensão e de mensuração deste problema, pois

² <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-0>

abrangem a complexidade da condição de pobreza para além de uma medida única de privação de renda. Portanto, para além de privação económica, se reflecte em diversas esferas da vida, impactando na total integração dos indivíduos na sociedade e no alcançar do que Amartya Sen denomina *capabilities*, termo que contempla noções de potencialidades, capacidades, escolhas e liberdades.

Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum por sua livre e espontânea vontade pode ter a mesma realização de funcionamento que uma pessoa pobre forçada a passar fome extrema. Porém, a primeira pessoa possui um "conjunto capacitário" diferente do da segunda". De acordo com Laderchi *et al* (2003) "a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda. Assim, esta abordagem abarca uma vasta gama de causas da pobreza bem como de opções políticas do que a abordagem monetária, que não somente negligencia os bens sociais como possui uma visão estreita do bem-estar humano".

Sen (1999) traz, ainda, ao debate, o conceito dos funcionamentos que são definidos como o que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Estes podem variar dos "elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a actividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. Deste modo, a privação de capacidades elementares pode reflectir-se em morte prematura, subnutrição considerável (especialmente de crianças), morbidez persistente, analfabetismo e outras deficiências. Esta definição não despreza o facto de a pobreza também ser caracterizada como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido, pois uma renda baixa pode ser a razão primeira da privação de capacidades de uma pessoa".

É importante ter em mente que a redução da pobreza de rendimento não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. "É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e, a partir daí, justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc., com o argumento de que são bons meios para a combater. Isso seria confundir os fins com os meios. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza" (*idem*).

Por fim, é interessante notar que a primeira abordagem de pobreza apresentada, a unidimensional, é muito pouco abraçada por estudiosos deste tópico, não obstante o facto de "ver a pobreza como um fenómeno multidimensional acarretar o uso de

indicadores unidimensionais” (Soares, 2009). A maior discórdia entre ambos enfoques centra-se na identificação do estado de pobreza para um determinado indivíduo. Para um apologista da multidimensionalidade “enquanto José, um indivíduo com pouco rendimento, mas boa rede social, acesso a serviços públicos e liberdades políticas plenas, não seria pobre, João, outro indivíduo com mais renda mas com uma rede social limitada, pouco acesso a serviços públicos e vivendo em uma ditadura seria, este sim, pobre. O unidimensionalista diria que a abordagem acima confunde fenómenos diferentes e dificulta a análise. Inegável é que trabalhar com fenómenos de definição multidimensional não é fácil” (*Idem*).

1.3 Pro Poor Growth

À semelhança do conceito de pobreza, o *pro poor growth* suscita debates exaustivos no seio de académicos bem como nos meandros de formulação de políticas de desenvolvimento, contudo, apesar do uso generalizado, seu significado e factores determinantes, carecem, igualmente, de consenso.

O debate pró-pobre tem suas raízes nos argumentos pró-distribuição do Banco Mundial (Chenery *et al*) da década de 1970, conforme visto em seu modelo de “*Redistribution with Growth*” que marca o início dos debates sobre crescimento pró-pobres , e culminou na crítica da hipótese do *trickle-down*, que defende que o próprio crescimento aliviaria a pobreza. Enquanto o conceito nunca foi definido naquela época, posteriormente passou a ser referido como crescimento pró-pobre ao longo dos anos 1990.

Organismos internacionais como a OCDE e a ONU referem-se ao crescimento pró-pobre como aquele que beneficia os pobres e a eles oferece oportunidades de melhorar sua situação económica. Esta definição vaga fornece pouca orientação para sua medição ou para suas implicações políticas. Por sua vez, Kakwani e Pernia (2000), definem o crescimento pró-pobre como aquele que permite que os pobres participem activamente e se beneficiem significativamente da actividade económica.

Como resultado, nenhuma pessoa na sociedade deve ser privada das capacidades básicas mínimas. Segundo esta teoria, todos devem ser alimentados adequadamente, nenhuma criança deve morrer prematuramente e as pessoas devem ser capazes de desfrutar satisfatoriamente da sua vida. Para estes autores, o processo de crescimento que resulta das forças de mercado, geralmente, beneficia mais significativamente os ricos do que os pobres. Isso ocorre porque os ricos têm vantagens inerentes (capital

humano e material constituem alguns exemplos) em uma economia de mercado. Além disso, em muitos países, os governos, consciente ou inconscientemente, adotam políticas tendenciosas a favor dos ricos. Consequentemente, a lacuna de bem-estar entre pobres e ricos tende a persistir, se não aumentar, com o tempo. Para promover o bem-estar geral da sociedade, os governos precisam seguir políticas que reduzam essa lacuna. Promover o crescimento a favor dos pobres requer uma estratégia deliberadamente enviesada em favor dos pobres, de modo que estes se beneficiem proporcionalmente mais do que os ricos. Tal resultado reduziria rapidamente a incidência da pobreza de modo que, aqueles na extremidade inferior da curva de distribuição do consumo, teriam os recursos para atender às suas necessidades básicas mínimas (*Idem*).

Kakwani *et al* (2003) apresentam uma definição à qual classificam como forte, categorizada em termos de crescimento relativo ou absoluto em prol dos pobres. Para estes autores, o conceito relativo surge quando o crescimento económico beneficia os pobres proporcionalmente mais do que os não pobres. A implicação é que, embora o crescimento reduza a pobreza, ele também melhora a desigualdade relativa. Esta definição pode ser chamada de abordagem relativa, pois implica uma redução da desigualdade relativa. Por outro lado, uma medida de crescimento favorável aos pobres é absoluta se os pobres recebem os benefícios absolutos do crescimento iguais ou superiores aos benefícios absolutos recebidos pelos não pobres. Segundo essa definição, a desigualdade absoluta cairia no decorrer do crescimento económico.

Na verdade, este é o requisito mais forte para alcançar o crescimento pró-pobre e pode, portanto, ser referido como “super pró-pobre”. Quando o crescimento é negativo, a pobreza, em geral, aumenta. No entanto, pode haver uma situação em que um crescimento negativo resulte na redução da pobreza. Essa situação pode ocorrer apenas se o efeito da redução da desigualdade sobre a pobreza superar o impacto adverso do crescimento negativo sobre a pobreza. Este cenário de crescimento pode ser denominado como “fortemente pró-pobre”. Outra classificação de um cenário de crescimento ocorre quando o crescimento negativo aumenta a pobreza. Isso pode ser denominado como “anti-pobres”, mesmo que a desigualdade melhore durante o crescimento. Dando um passo além dos anti-pobres, uma situação pode ser chamada de “fortemente anti-pobres” se a pobreza e a desigualdade se tornarem pior durante os períodos de crescimento negativo (Kakwani *et al*, 2003)

Mais recentemente, o termo “crescimento inclusivo” apareceu no Relatório do Grupo de Pessoas Eminentíssimas iniciado pelo Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB 2007). O Relatório define crescimento inclusivo como o crescimento que facilita a participação dos menos abastados bem como a expansão das oportunidades de mercado, com ênfase na melhoria dos serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura. A ideia de crescimento inclusivo parece ser consistente com a de crescimento pró-pobre, no sentido de que ambos os conceitos estão preocupados com os benefícios do crescimento que vão para o tecido social mais vulnerável (Son, 2007).

Dentro do discurso sobre crescimento pró-pobre o antigo debate sobre até que ponto os pobres se beneficiam do crescimento económico ressurgiu como uma questão actual e controversa. Oponentes dos actuais padrões de crescimento económico insistem que as forças do mercado global estão a tornar as desigualdades cada vez mais amplas a nível nacional. Esses críticos argumentam que, embora o crescimento económico possa ocorrer em um nível agregado, sua distribuição entre os grupos de renda é tal que os pobres vêm pouco ou nenhum benefício (Oxfam, 2000).

1.4 Teoria do *Trickle Down*

Trickle down era o pensamento de desenvolvimento dominante nas décadas de 1950 e 1960. “Implica um fluxo vertical do rico para o pobre que acontece por conta própria. Os benefícios do crescimento económico vão para os ricos primeiro e, em seguida, no segundo turno, os pobres começam a se beneficiar quando os ricos começam a gastar seus ganhos” (Kakwani e Pernia, 2000).

Deste modo, “os pobres se beneficiam do crescimento económico apenas indiretamente por meio de um fluxo vertical dos ricos. Isto implica que os benefícios proporcionais do crescimento para os pobres sempre serão menores. A incidência da pobreza pode diminuir com o crescimento, mesmo que os pobres recebam apenas uma pequena fracção dos benefícios totais. No entanto, também é possível que o alto crescimento económico aumente a pobreza. Este cenário pode se verificar quando a desigualdade aumenta tanto que o impacto benéfico do crescimento é mais do que compensado pelo impacto adverso do aumento da desigualdade” (*ibid*, 2000).

Um estudo do Banco Mundial por Dollar e Kraay (2000) conclui que a renda dos pobres aumenta um a um com o crescimento geral. Esta relação geral entre a renda dos pobres e o crescimento do PIB *per capita* se mantém em uma amostra de 80 países ao longo de quatro décadas. Uma implicação importante desta pesquisa é que o crescimento é bom para os pobres, independentemente da sua natureza. Crescimento económico ao longo de um período de quatro décadas não mudou a desigualdade relativa; os benefícios proporcionais do crescimento para os pobres são os mesmos desfrutados pelos não pobres.

Dollar e Kraay sugerem que os governos não precisam seguir o crescimento favorável aos pobres.

Eles devem simplesmente maximizar o crescimento económico, desde que evitem inflação e mantenham a disciplina orçamental. Embora essas descobertas forneçam um forte argumento para a teoria do desenvolvimento *trickle-down*, as conclusões não são convincentes. Uma vez que os conceitos e medidas de renda, desigualdade e poder não são consistentes entre os países, os resultados da análise não parecem robustos. As regressões entre países são geralmente indicativas de tendências médias (*Ibid*).

CAPÍTULO 2

MOÇAMBIQUE E O COMBATE À POBREZA

2.1 Visão Geral

O *African Development Bank* (ADB 2015) aponta o continente africano como a região mais desigual do mundo, uma tendência que vem persistindo ao longo do tempo, mesmo com as diferenças existentes entre os países nos níveis de desenvolvimento e dotação de recursos. A desigualdade aqui mencionada é a desigualdade de renda, tal como conceituada na base de dados terminológicos³ da ONU “distribuição desigual da renda familiar ou individual entre os participantes de uma economia”.

“Erradicar a pobreza em todas as suas formas e lugares” e “reduzir as desigualdades” são dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e podem ser lidos como objetivos complementares a serem alcançados até 2030 pelos estados signatários do compromisso.

³ Disponível em: <https://unterm.un.org/UNTERM/portal/welcome>.

Em Moçambique a luta contra a pobreza é objectivo basilar, constante da agenda de governação, desde a sua independência, em 1975. Com grande parte da sua população em situação de pobreza extrema, o cumprimento do primeiro ODM (erradicar a pobreza extrema e a fome) se revelava quase inalcançável. Ou seja, condensar para metade o fragmento da população que vivia em estado de pobreza extrema no horizonte espacial de 25 anos, não era um logro fácil. Contudo, se por um lado a dinâmica da recuperação do país que seguiu à situação extremamente negativa do período posterior à guerra concedeu um crescimento substancial e permitiu acentuar os níveis de bem-estar de quem já se encontrava em um nível muito baixo, por outro, a redução de 35 a 40% na proporção de pessoas pobres no país configura das maiores registadas a nível mundial entre 1990 e 2015 (Arndt *et al*, 2018).

A fase inicial do processo de reversão da realidade do país pós-independência foi caracterizada por grandes investimento em áreas de produção, educação e saúde. Todavia, esta veio a colapsar devido à guerra civil que assolou o país desde 1977. Com o término da guerra, em 1992, iniciou-se o processo de reconciliação e estabilização nacional nas diversas esferas social, económica, política, entre outras. Desde esta altura, foram alcançados sucessos assinaláveis. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, o país atingiu um crescimento económico de cerca de 8% ao ano, em termos reais. A democracia e a paz foram fortalecidas. O PIB *per capita* passou de 87 USD em 1992 para 349 USD em 2006 (Muendane, 2008).

A redução e erradicação da pobreza têm sido um tema central em economia de desenvolvimento. “Os programas de luta contra a pobreza têm-se multiplicado e com eles as análises dos níveis e da composição da pobreza. No caso de Moçambique, a pobreza tornou-se objecto particular de preocupação a partir de 1989, no segundo ano do Programa de Reabilitação Económica (PRE), no contexto da iniciativa dos doadores que levaria posteriormente à transformação do PRE em Programa de Reabilitação Económica e Social” (Vieira, 2005).

Em 1984 assiste-se aos primeiros passos para a alteração da política económica mais virada para uma economia de mercado, partindo da conjectura, quase irreal, da disponibilidade dos agentes económicos privados para liderarem a transmutação da economia. Nesta altura, a agricultura, ainda que pouco desenvolvida, contribuía significativamente para o PIB nacional (Sousa, 2012).

Embora Moçambique tenha iniciado o seu desenvolvimento económico posicionado no mesmo patamar que os “tigres asiáticos” em 1973 a aceleração destes já se destacava como consequência de implementação de políticas de investimento no capital humano, o que não aconteceu em Moçambique que ficou altamente deficiente após o êxodo massivo do capital humano português.

2.2 Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)

“O PARPA 2001–2005 foi o primeiro PRSP (*Poverty Reduction Strategy Paper*) de Moçambique. Constituiu-se como principal estratégia do governo de Moçambique no combate à pobreza absoluta no país, no período em referência”. Nele consta a visão estratégica para a redução da pobreza, os objectivos principais, bem como as directrizes orientadoras para o governo no contexto do combate à pobreza (Muendane, 2008). A medida na qual esta e as estratégias subsequentes geraram o resultado pretendido com a sua criação é debatível. Para Castel-Branco (2010), “a não redução da pobreza, passados mais de dez anos de aplicação destes planos e, sobretudo, a disparidade constatada nas tendências provinciais levam a concluir que eles não têm tido um efeito significativo em termos do objectivo que se propõem atingir”.

Uma das constatações imediatas ao PARPA é que, ao contrário do que se verifica com os seus sucessores, o primeiro PARPA (substituído pelo PARPA I) não versava sobre a questão da governação e tinha o foco nos objectivos sectoriais nas áreas de educação, saúde, acção social, agricultura e desenvolvimento rural, emprego e infraestruturas. Uma segunda constatação é que a estrutura conceptual dos PARPAs regista uma variação ao longo do tempo. Assim, o PARPA I compõe-se à volta de áreas de acção fundamentais (educação, saúde, infraestruturas - estradas, energia e água - a agricultura e desenvolvimento rural, boa governação, legalidade e justiça, e as políticas macroeconómicas e financeiras), e outras como o emprego e o desenvolvimento empresarial, a acção social, a habitação, as minas, pescas, o turismo, a indústria transformadora, os transportes e comunicações, a tecnologia, o ambiente, a redução da vulnerabilidade a desastres naturais (Brito, 2012).

O PARPA II fez-se directriz para os restantes planos governamentais, como o Plano Económico e Social (PES), o orçamento do Estado e os planos sectoriais e provinciais. Sob este plano, o país registou crescimento significativo. O objectivo estratégico era,

precisamente, a redução da incidência da pobreza de 54,1 para 45% em 2009, mantendo um crescimento médio de 8% ao ano (Muendane, 2008).

A estratégia que seguiu, designada PARP, “desenvolve-se em “desafios” (para a agricultura e pescas, a promoção de emprego e o papel do sector privado, o desenvolvimento humano e social, a governação e a política macroeconómica e gestão de finanças públicas), “Objectivos gerais” (o aumento da produção e da produtividade agrária e pesqueira, a promoção de emprego, e o desenvolvimento humano e social), e “Pilares de apoio” (a boa governação, e a macroeconomia)”(Brito, 2012).

Um dos aspectos que mais salta à vista quando se analisa ao pormenor cada um destes planos é a inexistência de coesão entre as estratégias traçadas um após o outro, ou seja, não há continuidade clara das linhas orientadoras para combater a pobreza. “Embora haja temáticas que são comuns aos três planos, não é fácil encontrar uma lógica que os articule como momentos sucessivos de um mesmo processo. Se é verdade que muitos objectivos são praticamente os mesmos nos três planos, embora formulados em termos ligeiramente diferentes, quando consideramos as acções correspondentes que são preconizadas, é difícil ver qual é a sua coerência enquanto elementos de um plano que se articulam no tempo” (Brito, 2012).

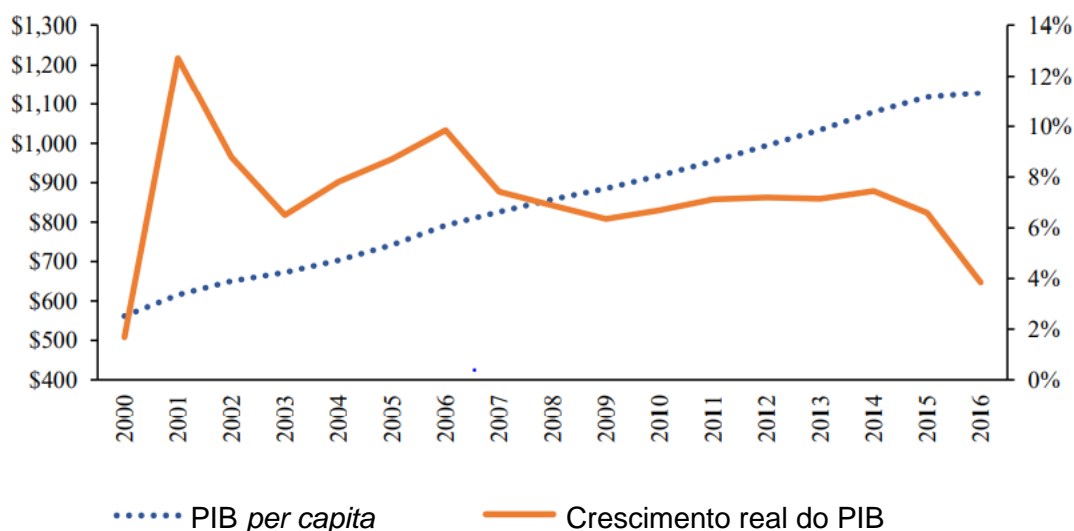
A falta de solidez e comunicação entre os PARPAs conduz ao entendimento de que aí, precisamente, reside a fórmula para a sua ineficácia, a razão por detrás da inexistência dos efeitos esperados aquando da sua criação. Assim, resta prejudicada a comparabilidade das estratégias, a análise histórica, o acompanhamento e a avaliação da implementação das políticas públicas que compõem cada plano.

De facto, Brito (2012) esmiúça o problema destes planos afirmando que “não estamos perante uma série de acções suficientemente articuladas entre si e sequenciadas para constituírem um verdadeiro plano”. Mais importante, ainda, é a ambivalência e a contradição inerente a este tipo de estratégia. “Concebidos, em primeiro lugar, como condição e instrumento da ajuda Internacional ao Desenvolvimento, eles evacua a problemática da confrontação dos diferentes interesses existentes na sociedade, ou seja, a sua dinâmica e as suas lutas políticas, procurando resolver o problema numa perspectiva tecnicista, através de um suposto consenso nacional reunindo o governo e a sociedade civil”.

É interessante notar que os PARPAs surgem no contexto do quadro de desenvolvimento global das Nações Unidas - ODM – que, segundo Wess (2013) proporcionou algum

progresso em termos micro e macroeconómicos para Moçambique que ilustra a figura 1. No entanto, medir o progresso através de uma média sobre toda a população, como foi o caso dos ODM, esconde desigualdades significantes. Segundo o *World Economic and Social Survey* (WESS 2013), “o desenvolvimento sustentável deve ser inclusivo e atender, em especial, as necessidades dos mais pobres e vulneráveis”.

Figura 1. Crescimento do PIB em Moçambique



Fonte: Grupo Banco Mundial, 2018

“A nível prático da formulação de políticas, a premissa de que o crescimento reduz a pobreza tornou-se um verdadeiro mantra da indústria internacional de desenvolvimento, especialmente em África, onde constitui um dos fundamentos das estratégias de redução da pobreza. Mais especificamente, defende-se que, se o PIB crescer de forma significativa e a desigualdade não piorar significativamente a incidência da pobreza (absoluta) deve, por conseguinte, baixar” (Wuyts, 2017).

2.3 O Efeito do Investimento Directo Estrangeiro

“O Banco Mundial usa uma linha de pobreza global definida em US \$ 1,9 por pessoa por dia usando os preços de 2011 para medir e acompanhar a evolução da linha de pobreza em todo o mundo. Esta linha não é um substituto da linha oficial de pobreza, que é definida com base nas circunstâncias económicas e sociais específicas de cada país. O valor é derivado das linhas de pobreza nacionais dos 15 países (incluindo Moçambique) com os níveis mais elevados de pobreza em 2005” (*World Bank*, 2018).

O crescimento substancial experimentado por Moçambique no período descrito na figura 1 é resultado da combinação de diversos factores externos e internos onde se deve destacar o IDE do qual se beneficiou em larga escala e que contribuiu, sobremaneira, para que o PIB registasse números nunca antes alcançados.

Considerando as condições estruturais da economia moçambicana, fiel aos padrões estruturais de economias em vias de desenvolvimento, com tendência à adopção de políticas neoliberais e à contínua atracção de IDE de natureza extractiva assim como com foco no sector da indústria extractiva, conclui-se que o argumento segundo o qual o aumento do IDE na economia é condição necessária para o desenvolvimento socioeconómico não é aplicável à realidade moçambicana (Sambo, 2020). Para que se alcance sucesso neste modelo de desenvolvimento é fundamental atentar-se à natureza do IDE, às dinâmicas de toda a cadeia de produção e intervenientes envolvidos em torno deste no país receptor e, por último, não sendo de menor importância, a espinha dorsal da economia receptora do investimento.

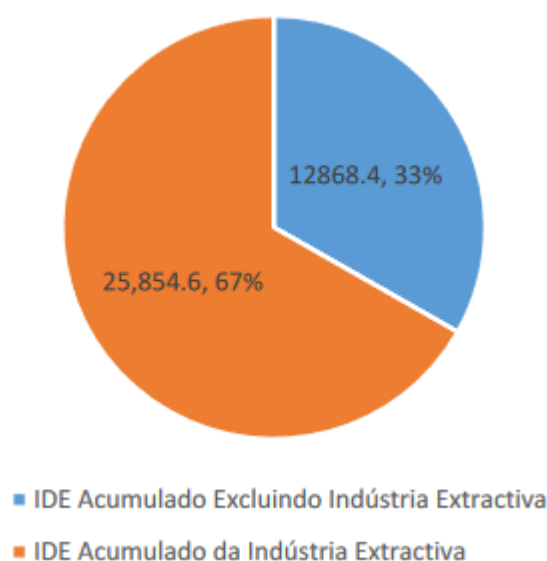
Para Sambo (2020) “factores relacionados com fraquezas institucionais e a pobreza estrutural persistente nas zonas rurais receptoras dos projectos extractivos de IDE, emergem novas pressões e desafios aliados à dinâmica de tensões e conflitos entre os vários actores que influenciam negativamente o processo de desenvolvimento”. O autor então conclui que é precisamente desta natureza de IDE que se depreende que o aumento do IDE que Moçambique tem abraçado, aliado às condições estruturais do país bem como as dinâmicas socioeconómicas e políticas que se geram em torno deste, não se traduz em maiores níveis de desenvolvimento (*idem*). Para que tal aconteça, mudanças fundamentais a nível de leis e de capacitação de recursos humanos seriam necessárias para maximizar os ganhos financeiros do país.

O IDE em Moçambique é centrado na indústria extractiva e de hidrocarbonetos cuja cadeia de produção não só é complexa como sofisticada. Deste modo, as duas décadas em que a economia moçambicana voltou-se para o complexo industrial extractivo não constituem tempo suficiente para formação e capacitação de recursos humanos que operem dentro deste complexo no ponto ideal. Contudo, constitui facto inquestionável o crescimento do IDE desta indústria quando comparado com os demais sectores de produção.

Conforme ilustra a figura 2, o IDE da indústria extractiva suplantou o montante do IDE de todos outros sectores no período correspondente à década de 2009 a 2019. Aqui,

“experimentou um crescimento exponencial entre 2009 e 2013 e, neste último ano, foi quatro vezes maior do que o resto do IDE da economia inteira. A partir de 2013, o IDE da indústria extractiva experimenta uma queda brusca dos fluxos anuais, com uma oscilação positiva em 2018, porém, continuando a tendência decrescente em 2019” (Sambo, 2020).

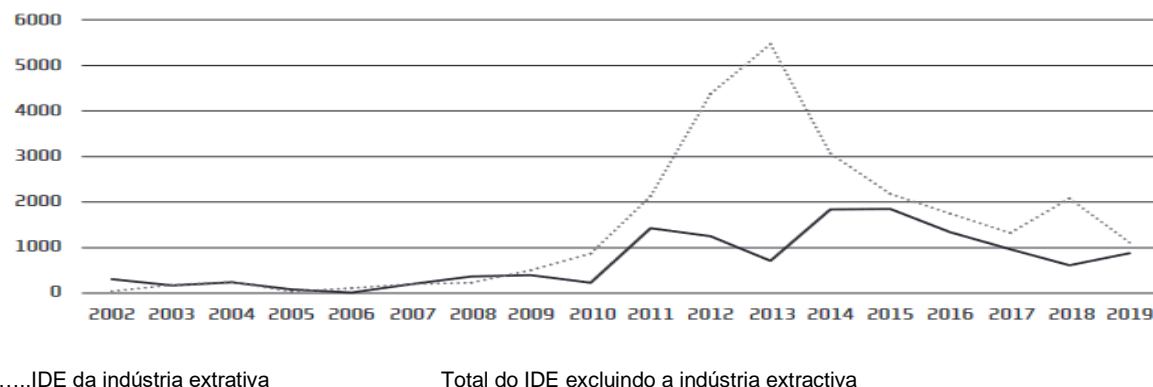
Figura 2. IDE acumulado da indústria extractiva (em milhões de dólares) vs. IDE do resto da economia no período 2002-2019



Fonte: IESE, 2020

As duas décadas que marcam o *boom* do IDE em Moçambique e, por consequência, o seu crescimento económico constituíram, paralelamente, um período de grande “romantização” do IDE e da recém-instalada indústria extractiva como sendo a bóia de salvação da economia nacional que, não somente resgataria, como catapultaria a economia a níveis elevados.. A figura 3 retrata os níveis de investimento nos diferentes sectores e, pode se constatar que, o IDE, em Moçambique, representa a força motora da indústria extractiva visto que encontra-se largamente assente no sector extractivo da economia. O ano de 2010 marca o início do distanciamento da aplicação de capital entre os sectores, tendo 2013 sido o pico da injeção de IDE da indústria extractiva que, então, entrou em declínio mantendo-se, contudo, superior ao IDE de outros sectores.

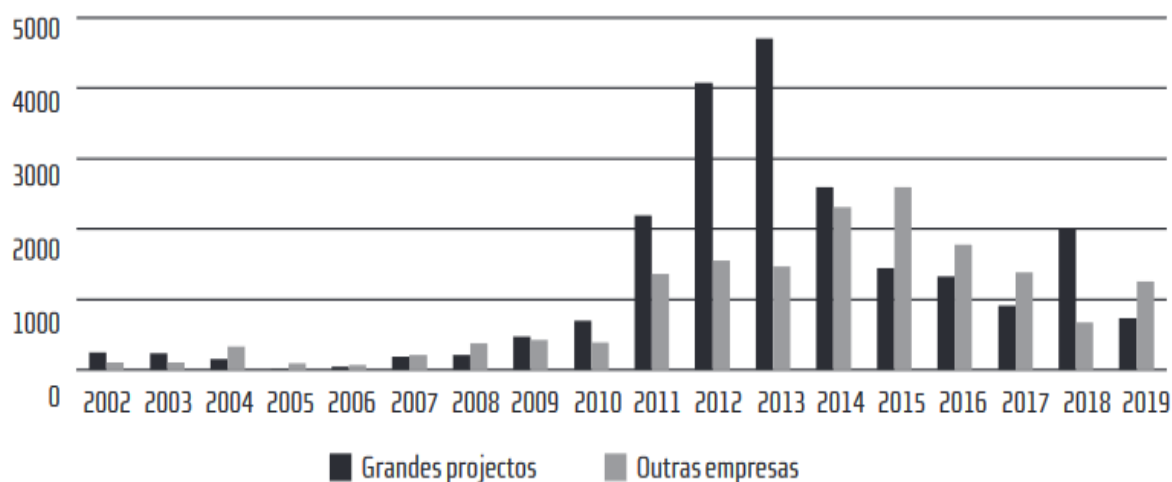
Figura 3. Evolução do IDE da indústria extractiva em oposição ao IDE de outros sectores (em milhões de dólares)



Fonte: IESE, 2020

Não obstante o IDE estar concentrado na indústria extractiva, ele não se concentra apenas nos megaprojectos. Sambo (2020) sublinha que “a distribuição do IDE entre os megaprojectos e outras empresas em Moçambique tem se alternado ao longo do tempo. Nota-se que entre 2002 e 2003 o maior volume de investimento destinou-se aos megaprojectos, facto que se repete entre 2009 e 2014, bem como em 2018, com a particularidade de o IDE dos megaprojectos ter superado, em mais do que o dobro, o volume de IDE destinado as outras empresas. Porém, nos restantes anos o volume de IDE destinado as outras empresas supera ao que é canalizado para os grandes projectos (figura 4), e importa lembrar que o IDE destinado ao sector da indústria extractiva manteve-se acima de 50 % do IDE total da economia nesses anos”.

Figura 4. IDE (em milhões de dólares) por tipo de empresas em Moçambique: 2002-2019



Fonte: IESE, 2020

Uma questão adversa da implementação dos IDE de natureza extractiva é o conflito omnipresente com as populações locais. Aqui, nota-se a fraca atenção do governo moçambicano na salvaguarda dos interesses do tecido social directamente afectado pelas actividades das empresas de exploração de recursos. A disputa pela posse e exploração de terra por estas comunidades cujas actividades de subsistência são assentes nas práticas agrícolas e pecuárias é motivo de contenda recorrente.

“Por um lado, as populações servem-se da terra de forma dinâmica, principalmente para a produção agrícola, criação de animais, bem como actividades mineiras de pequena escala. Estas actividades são usadas como fontes principais ou alternativas de sustento familiar nas zonas rurais e desempenham um papel fundamental na vida destas comunidades e da sociedade em geral, como o garante da reprodução social do trabalho e do capital. Por outro lado, as empresas mantêm o foco na extracção dos recursos naturais e acumulação privada do capital, requerendo vastas extensões de terra exclusivamente para a actividade extractiva e absorvendo pouca mão de obra local” (Sambo, 2020).

Este cenário gera sentimentos de exclusão, e, por conseguinte a revolta e rejeição das empresas no terreno. A ideia de não pertença e de “roubo” do seu bem mais precioso, a terra, está no centro dos longos e repetitivos episódios de antagonização aos

exploradores de recursos que, por sua vez, deparam-se com impossibilidade de absorver uma mão de obra incapacitada e não qualificada para as suas actividades.

O IDE tornou-se, ainda, fonte de impopularidade dos governos locais à medida em que as populações afectadas socorrem-se neles para resolução destes conflitos onde, assumem, terão as autoridades favoráveis às suas queixas, o que não acontece pois, “por um lado, as decisões são tomadas a nível central e apenas executadas a nível distrital sob coordenação do governo provincial, por outro lado, o desconhecimento da legislação em vigor por parte das comunidades e o facto de a ocupação da terra há várias gerações as tornar moralmente legítimas proprietárias distancia cada vez mais as duas partes. Por conseguinte, a comunidade tende a perceber o governo como vilão. Esta percepção é exacerbada quando nas tentativas de manifestações pacíficas perante as empresas com vista à negociação, as populações são dispersas pela violência policial que intervém à convite da empresa, denotando uma aliança entre o capital estrangeiro e o governo em detrimento da comunidade” (Sambo, 2020).

A falta de instrumentos legais que regulem o funcionamento das multinacionais na intersecção com as comunidades locais gera, ainda, a questão do aproveitamento e marginalização da mão de obra à qual não existe interesse expresso de capacitar. Daí, conclui Sambo (2020), infere-se que “o aumento do tipo de IDE que a economia de Moçambique tem atraído, conjugado com as condições estruturais do país e as dinâmicas socioeconómicas e políticas que se geram em torno deste, não gera maiores níveis de desenvolvimento socioeconómico”.

Portanto, o desenvolvimento por esta via pode, ainda, ser alcançado no contexto moçambicano, porém, constitui um desafio para as novas legislaturas. Este desafio se traduz na potencialização e ampliação da captação da facturação dos projectos de IDE, que são eminentemente extractivos e na sua utilização eficiente para o fortalecimento das capacidades institucionais dos vários níveis do Estado, bem como na criação de condições para uma intervenção mais eficiente na economia e, desta forma, para o reinvestimento das receitas geradas a partir dos projectos.

CAPÍTULO 3

3. CRESCIMENTO PRÓ-POBRE?

O volume do crescimento económico registado nas duas primeiras décadas do presente milénio subscrito pelas agências financeiras e de cooperação internacional classificam Moçambique como caso de sucesso e exemplo de crescimento económico e, por conseguinte, no combate à pobreza. Contudo, neste contexto, surgem debates paralelos a questionar o alcance da redução da pobreza e se é directamente proporcional à elevação do PIB do país. Outrossim, o nível de sucesso é posto em causa uma vez que do motor deste crescimento, o IDE, não se denota ramificação ou solidez dos pilares produtivos, significando que, sendo o IDE, em larga escala, assente na exploração de matéria-prima com a finalidade de exportar, Moçambique gravita em um ecossistema produtivo e de desenvolvimento insustentável.

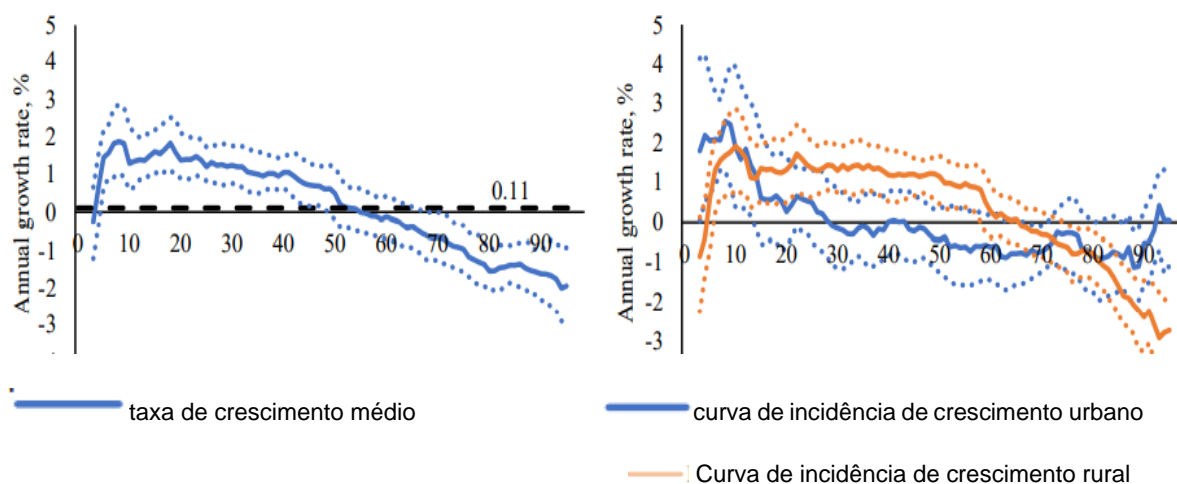
Para Castel-Branco e Ossemame (2010) “o grau de sucesso está associado à magnitude das taxas de variação (por quanto é que a economia cresce ou a pobreza reduz). A robustez do crescimento económico é assumida da aparente estabilidade dos indicadores macroeconómicos monetários e do seu aparente sucesso na redução da pobreza. Não obstante ausência de ligação directa entre crescimento e pobreza durante a maior parte dos anos 2000, a pobreza caiu de 60,3% para 58,7% no período compreendido entre 2002 e 2009. Na sequência, o ritmo de redução da pobreza acelerou, tendo registado queda adicional para 48,4% em 2015”.

Estes dados denotam um crescimento não orgânico sustentado por políticas determinadas, propositalmente, para criar este efeito. Ademais, não é estranho que países em vias de desenvolvimento, no âmbito da relação com os parceiros multilaterais de cooperação para o desenvolvimento criem mecanismos que incentivem os indicadores a moverem-se mediante critérios que os vão tornar elegíveis a determinado pacote de ajuda.

Ora, dentro do contexto da aceleração repentina da economia moçambicana, o BM indica que há variações do efeito do crescimento económico conforme se analise as populações que são divididas em rural e urbana. Dados indicam que a segunda foi a que, de modo geral, mais se beneficiou da prosperidade económica do país. É interessante observar que o início dos anos 2000 constituiu uma janela que o BM

classifica como de “crescimento lento, mas pró-pobre” particularmente nas áreas rurais conforme apresentado na figura 5.

Figura 5. Crescimento lento, mas pró-pobre no período 2002/3 e 2008/9



Fonte: Banco Mundial, 2018

O BM (2018) afirma que “apesar do crescimento modesto do consumo na década de 2000, famílias de baixa renda se beneficiaram desproporcionalmente mais, entre todos os localizados em áreas rurais. O período 2002/03 - 2008/09 registou uma pequena redução da pobreza em Moçambique. A principal razão para isso é que, apesar de o consumo das famílias quase não ter crescido nesse período (taxa de crescimento anual média de 0,11%), a curva de incidência de crescimento (CIC) para este período, que mostra a variação percentual no consumo médio para cada percentil da distribuição, indica que o crescimento foi baixo, mas a favor dos pobres” (figura 5). Ou seja, o nível de redução de pobreza não foi expressivo mas beneficiou o notavelmente a camada social mais pobre, graças a uma cadeia de produção diversa. “Para muitas dessas famílias, no entanto, esse crescimento modesto não empurrou o consumo acima da linha da pobreza” (idem).

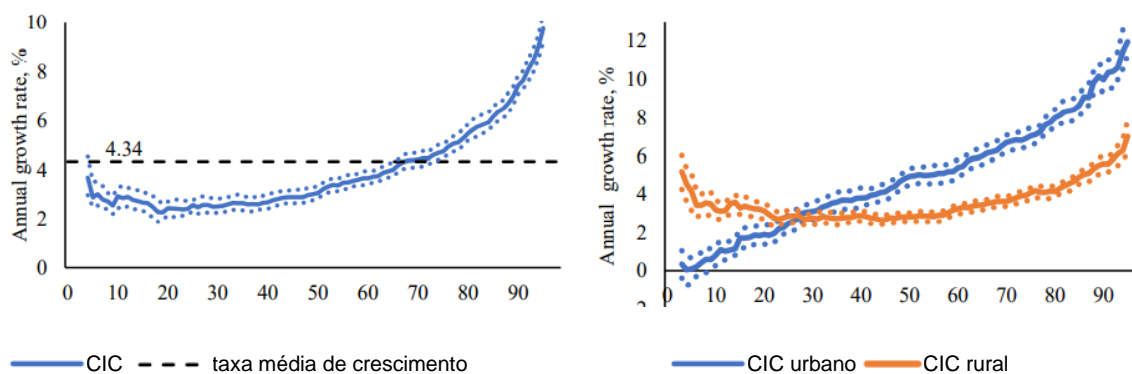
No âmbito da análise do nível de crescimento do país paralelamente à capacidade de reduzir a pobreza existe uma variável que merece particular atenção, a porosidade económica do país. Descrita por Castel-Branco (2015) como a “ineficiência na retenção de excedente não cometido, que poderia ser utilizado para o desenvolvimento como um todo”, este fenómeno traduz-se na privação de excedentes de produção da economia

local para o estrangeiro, excedente este que serviria de combustível para um desenvolvimento mais tangível e amplo e, conseqüentemente, melhor redistribuição de riqueza.

Castel-Branco (2015) faz ainda menção a outra forma de porosidade económica que se caracteriza como “mecanismo de expropriação do Estado e da sociedade em geral para a promoção de ganhos privados, cujo impacto mais óbvio é a dificuldade de mobilizar recurso para o desenvolvimento social e económico alargado, o que contribui para o paradoxo comum do desenvolvimento desigual entre e dentro de economias”.

A tendência para esta desigualdade em Moçambique, contrariando a inclinação pró-pobre sucedida no período 2002/3 e 2008/9, verificou-se a partir do período seguinte, 2008/09 a 2014/15, no qual a CIC mostra um parâmetro contrário, com o crescimento de consumo médio mais acentuado e mais favorável àqueles que já se encontravam em melhores condições financeiras.

Figura 6. Inversão do padrão do crescimento para benefício dos não pobres



Fonte: Banco Mundial, 2018

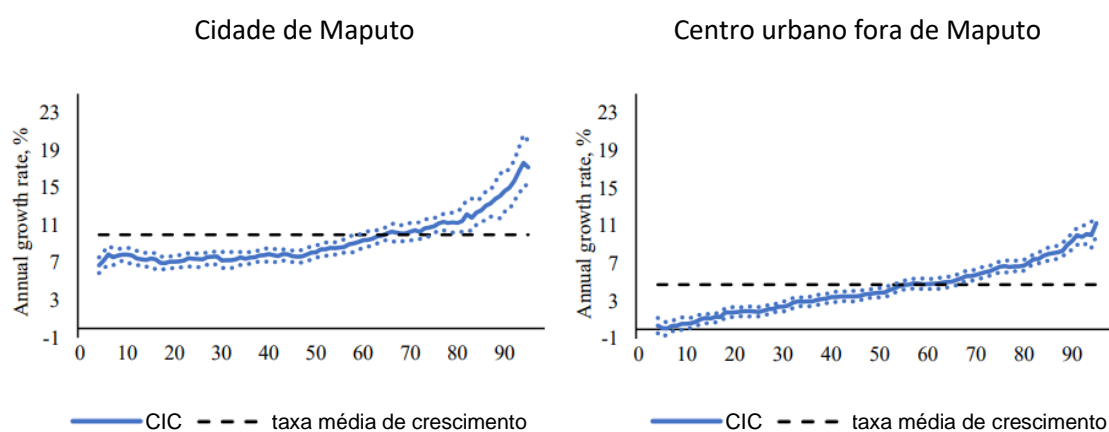
O crescimento frenético registado no período em alusão na figura 6, directamente proporcional à multiplicação do PIB, do IDE e do comércio, provocou uma extensão no poder de compra de um pequeno estrato social, essencialmente constituído por trabalhadores qualificados de classe média, e de pequenas facções de elites locais nos centros urbanos. Em oposição a uma prosperidade cada vez mais exibida neste contexto, as vulnerabilidades estruturais da economia aguçaram-se e ganharam

notoriedade o facto de o país não só ter uma economia porosa tal como o de não ser capaz de, efectivamente, reduzir a pobreza (Castel-Branco, 2015).

O BM (2018) aponta que, “embora o crescimento do consumo das famílias tenha acelerado depois de 2008, tornou-se menos inclusivo”. Igualmente, questiona sobre a camada social mais beneficiada por esta prosperidade económica. A esta pergunta a resposta escolhe a variável espaço-temporal para efeitos de análise. Tendo Moçambique conhecido um crescimento lento no início da década de 2000, onde os beneficiados foram, largamente, os mais pobres, o fim da década caracterizou-se por um cenário oposto, como padrão de distribuição pró-rico.

Não é atípico que o crescimento económico se dê em prejuízo dos pobres. Wuyts aponta que este modelo de crescimento “não é uma possibilidade teórica, nem é uma ideia nova. Os pioneiros da economia do desenvolvimento estavam perfeitamente conscientes das implicações práticas desta possibilidade” e cita Kalecki (1963) para acrescentar que “o crescimento económico pode dar-se à custa dos pobres, se for acompanhado de inflação nos preços dos bens de primeira necessidade. A experiência de Moçambique, particularmente nos últimos 10 a 15 anos, mostra que isto continua a constituir um perigo real”.

Figura 7. Evidência do padrão de crescimento pró-ricos em Maputo e outros centros urbanos – 2002/03 e 2008/09



Fonte: Banco Mundial, 2018

O padrão retratado na figura acima denuncia a tendência de crescimento pró-ricos, prevalente nos maiores centros urbanos. “A cidade de Maputo, como a capital e a área urbana económica mais dinâmica do país, concentra uma alta parcela de indivíduos da parte superior da distribuição do consumo. Uma hipótese a considerar é que os ganhos

com o crescimento podem estar a beneficiar cada vez mais este segmento da população em comparação não apenas com as pessoas do resto da país, mas, mais especificamente, aos de outros centros urbanos. No entanto, os resultados de CIs separados para Maputo e o resto do país urbano para o período 2008/9 - 2014/15 não dão apoio total a esta hipótese” (BM, 2018).

A aparente melhoria das condições de vida verificado neste período contrasta com o clima verificado nos principais centros urbanos. Exemplo claro desta dicotomia foram os motins de natureza violenta a que se assistiu em 2008 e 2010, em resposta ao aumento do preço dos alimentos mais básicos e integrantes do quotidiano da classe mais desfavorecida tal como o preço dos combustíveis.

Lançando-se um olhar rápido aos eventos, a reacção dos motineiros parece desproporcional à elevação dos preços até quando analisamos atentamente as camadas das manifestações que transparecem ódio não somente ao governo mas a concidadãos que se encontrassem em situação relativamente melhor à sua.

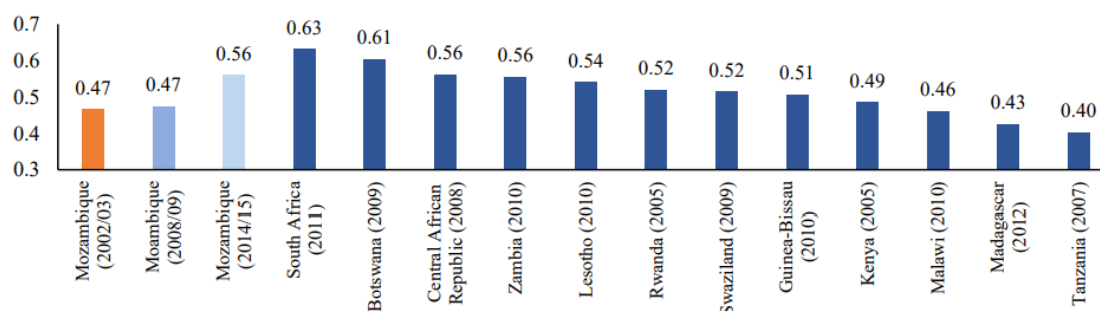
Wuyts (2017) sublinha que este período, que se notabilizou por taxas de crescimento impressionantes que verdadeiramente importam para que a redução da pobreza ocorra transcende a taxa de crescimento. É de importância fundamental “o tipo de economia que o crescimento cria no processo e que – no caso de Moçambique – parece ser bastante desequilibrado a favor da produção de exportação impulsionada por mega projectos. A lição parece ser que, embora a produção de exportação seja, sem dúvida, importante, o que vale é a expansão da produção de bens de primeira necessidade para o mercado interno”.

No período compreendido entre 2008/9 e 2014/15, o crescimento anual do consumo *per capita* expandiu numa média de 4,3%. O BM (2018) aponta que “Um crescimento mais forte para todos resultou em uma redução mais rápida da pobreza, ainda beneficiou principalmente as partes superiores da distribuição. Se o crescimento tivesse sido dividido de forma mais equitativa, Moçambique teria atingido o dobro da redução da pobreza após os primeiros anos da década de 2000. A inclusão mais fraca significa que muitos moçambicanos de baixa renda estão a perder os benefícios do progresso”. Esta etapa do crescimento económico representa maior visibilidade das desigualdades sociais que no início dos anos 2000, quando estiveram em modo dormente.

Deste modo, é possível desconstruir as variações na pobreza em efeitos de crescimento e de redistribuição. O BM (2018) subscreve à ideia do crescimento como principal força motora na promoção da redução da pobreza, contudo, nota que “em contraste, o aumento da desigualdade na distribuição do consumo compensou parte do ganhos”. Ou seja, tivesse o crescimento económico sido amplamente inclusivo, seria possível reduzir a pobreza em “23,2% entre 2002 e 2014 – trazendo o índice de pobreza para 37,2% em vez de 48,4%”.

Em oposição a esta possibilidade, triunfou a desigualdade na distribuição do crescimento do consumo que causou uma dilatação da pobreza em 11,2%. Assim, Moçambique alcançou um novo marco a nível da África Subsaariana, figurando entre os país com os maiores índices de desigualdade na região.

Figura 8. Distribuição de renda das famílias na África subsaariana – Coeficiente de Gini para países e anos seleccionados



Fonte: Banco Mundial, 2018

O coeficiente de Gini (que analisa a desigualdade de renda pelo estabelecimento, num intervalo de 0 a 1, sendo aquele correspondente à distribuição igualitária dos rendimentos e este à concentração da renda) é notavelmente elevado em Moçambique.. O país apresenta níveis de desigualdade que reflectem, segundo o BM, um consumo desproporcional que ocorre não somente nos centros urbanos como nos rurais. “A recente tendência de crescimento "a favor dos mais abastados" está a contribuir para aumentar ainda mais a desigualdade. Entre 2008/09 e 2014/15, o coeficiente de Gini aumentou de 0,47 para 0,56. Os valores referentes à desigualdade relatados através da metodologia oficial, revelam a mesma tendência apesar de os níveis e dimensões das mudanças serem diferentes” (BM, 2018).

O aguçar da desigualdade em Moçambique vem expor uma problemática ainda maior discutida entre académicos no seio económico que questionam até que ponto o *boom* económico de Moçambique foi orgânico. Castel-Branco (2015), por exemplo, indica que “cerca de três quartos da taxa de crescimento do PIB e das exportações são determinados por uma dezena de grandes empresas intensivas em capital, focadas no complexo mineral-energético, e cujo capital é atraído pelas expectativas de acesso a esses recursos, num contexto de competição oligopolista entre multinacionais, e de porosidade económica promovida pelo Estado para favorecer a aliança entre o capital financeiro doméstico emergente e as multinacionais”.

Paralelamente, enquanto se assiste a um PIB cada vez mais crescente, entre 2014 e 2015 a dívida pública externa cresceu a uma taxa média anual 20% mais alta do que a do PIB, e a dívida pública interna cresceu a uma taxa média anual quatro vezes mais alta do que a do PIB.

É evidente a interligação entre o crescimento económico meteórico, o crescente índice da dívida e a incapacidade do país de combater a desigualdade e a pobreza. De acordo com o BM (2018) a inclusão mais fraca do crescimento mina o florescimento da possibilidade de se atingir a prosperidade partilhada e ao mesmo tempo que se refreia a desigualdade, dado que o fortalecimento das ligações entre o crescimento e a redução da pobreza exige uma combinação de políticas destinadas a alcançar três objectivos gerais:

- ✓ O primeiro é continuar a expandir a disponibilidade de serviços básicos, ao mesmo tempo que se aborda as grandes desigualdades remanescentes em termos de acesso e qualidade para melhorar e igualar oportunidades para todos os cidadãos;
- ✓ O segundo objetivo é promover a diversificação económica, o crescimento do emprego, a produção de mão de obra intensiva e aglomeração de empresas e mercados;
- ✓ Já o terceiro traduz-se na elevação da agricultura, sector, muitas vezes negligenciado, ou não atribuído a devida importância e que ainda representa o meio de subsistência da maioria das famílias rurais e dos pobres em Moçambique.

3.1 Desenvolvimentos Recentes

Ter acesso a dados mais actuais sobre a evolução da pobreza em Moçambique em termos de pobreza monetária seria de grande valor para a presente dissertação devido à dramática alteração do contexto social, económico e político assistido no país nos últimos anos. Contudo, dados oficiais que comuniquem a dinâmica do combate à pobreza no país não são, ainda, públicos. Cabem aqui dois fenómenos sobejamente conhecidos: as designadas “dívidas ocultas” assim como as devastadoras calamidades naturais que desestruturaram o país.

A importância destes dados prende-se no facto de somente com informação detalhada e precisa ser possível tomar decisões, formular e implementar políticas eficazes nesta missão de combater à pobreza.

Para além das hipóteses mencionadas, a ausência de informação actualizada abre espaço para a formulação de outras interpretações, dentre as quais, a finalidade e a motivação do governo para não disponibilizá-las oportunamente. Neste cenário, recorreu-se aos últimos dados oficiais disponíveis, quais sejam, os do ano de 2015. Ademais da análise de dados públicos do governo moçambicano, valeu-se de projecções elaboradas por estudiosos, as quais alcançam o ano de 2018.

Com recurso ao método Alkire-Foster⁴, Egger *et al* (2020) serviram-se dos dados de inquérito aos agregados familiares mais recentes em Moçambique para analisar a dinâmica da pobreza em período de tão grande crise socioeconómica e desastres naturais. O resultado desta pesquisa não se mostrou surpreendente uma vez que a redução da pobreza experimentada até 2015 desacelerou significativamente no período de crise. Constatou-se que o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) que estava afixado em 0.07 pontos entre 2011 e 2015 foi de apenas 0.03 no período compreendido entre 2015 e 2018, representando uma queda de 0.04 pontos em relação ao período analisado anteriormente.

⁴ Disponível em: <https://ophi.org.uk/research/multidimensional-poverty/alkire-foster-method>

Método caracterizado pela forma de medir a pobreza multidimensional desenvolvida por Sabina Alkire e James Foster da Oxford Poverty and Human Development Initiative. Este método faz um levantamento das diversas insuficiências vividas em simultâneo, por indivíduos, como por exemplo, falta de educação ou emprego, saúde ou padrões de vida precários. Uma vez analisados os perfis de escassez, é construído um índice multidimensional de pobreza mediante identificação de quem é pobre.

“Embora o IPM seja muito maior nas áreas rurais do que nas urbanas, o padrão de mudança ao longo do tempo é o mesmo e a diferença entre 2015 e 2018 não é estatisticamente significativa em ambas as áreas. Além disso, o número de pessoas multidimensionalmente pobres aumentou em aproximadamente um milhão de pessoas no período 2015-2018, de cerca de 21,3 para cerca de 22,2 milhões de pessoas” (*idem*). Estes dados indicam um claro estancamento na melhoria geral no acesso aos serviços mais básicos e, ainda que sem evidência sólida, Egger *et al* depreendem que os resultados dos seus estudos muito provavelmente reflectirão os grandes choques vividos em Moçambique no período 2015-2018 onde, para além dos previamente mencionados, acrescentam-se os ataques armados em Cabo Delgado, na zona Norte do país.

É possível conjecturar que a pandemia de Covid-19 tenha gerado impactos na organização e na divulgação de informações actualizadas sobre a pobreza nos governos mundiais e, especificamente em Moçambique. Não só, a coorte que concentra os mais pobres foi a camada mais atingida pelos efeitos desta grande crise sanitária. Assim, é provável que a actual situação seja ainda mais drástica que os dados ora apresentados.

CONCLUSÃO

A Pobreza, como apresentada nesta Dissertação possui muitas abordagens e metodologias de mensuração e, apesar de esta pauta, sempre presente na academia, o dissenso parece ser a melhor maneira de descrevê-la. O debate, independente da teoria ou abordagem escolhida, sempre ronda a sua vinculação ao crescimento ou à distribuição de renda, mas é em Amartya Sen que se parece encontrar a literatura adequada para abordar a temática, pois apresenta a vertente voltada ao acesso a oportunidades, com enfoque nas liberdades e no pleno e digno desenvolvimento humano.

Moçambique é fruto de experiências nem sempre exitosas colocadas em práticas, das políticas públicas levadas a cabo e das susceptibilidades de escolhas de governos que nem sempre visaram o desenvolvimento integral do país. Os PARPAs, como demonstrado, padeceram de problemas estruturantes, sobretudo pela incapacidade de sustentação de bons índices nos médio e longo prazos, para além de não proporcionar uma correta comparabilidade ao longo dos anos. Sua construção também é marcada por carência ou inexistência de participação social. O mesmo ocorre nos processos de acompanhamento e de fiscalização da sua execução. De igual modo, os PARPAs foram, em sua maior parte, susceptíveis às “receitas prontas” oferecidas por Organismos Internacionais. Essa, inclusive, uma face perversa que pode resultar da infiltração dessas instituições em países em vias de desenvolvimento.

O recente passado colonial, caracterizado pelo perfil extractivista dos colonizadores, as más escolhas políticas bem como as corrosões da guerra, deixaram marcas indeléveis na história da economia moçambicana, com evidente reverberação na economia e na vida dos mais desfavorecidos. Aliás, realidade observada, quase que em réplica, em muitos outros países em vias de desenvolvimento, sobretudo da África Subsaariana.

A necessidade de maior industrialização, com formação de mão-de-obra mais capacitada, o que passa, obviamente, por oferta de educação de qualidade pelo sistema educacional, é outro importante aspecto para um maior desenvolvimento económico de Moçambique. Olhar para os mais desprovidos economicamente, de modo que possam ser incluídos em todas as etapas dos processos produtivos e deles auferirem seus benefícios, deve ser acção prioritária do Estado.

A caracterização da economia no país, e as políticas escolhidas e permitidas pelos governos, de exploração de recursos minerais finitos pela iniciativa estrangeira são outro ponto de atenção para o crescimento económico e a diminuição da pobreza. Afinal, o desenvolvimento económico como um processo de ampliação sustentável envolve muito mais que transformação tecnológica ou física de factores de produção. É, sobretudo, uma transformação organizacional de maneiras antigas de vida e trabalho. O aspecto ambiental, tão importante em indústrias extrativistas, carece da implementação de normativas legais austeras, visando à manutenção sustentável desse mercado, contrariando a tendência sempre presente neste segmento.

A pandemia de Covid-19 é um triste exemplo de que, mais uma vez, os menos favorecidos foram os mais penalizados, além de terem sentido, de maneira mais aguda, os impactos das desigualdades. Conforme Relatório da Oxfam⁵, um novo bilionário surgiu a cada 26 horas desde o início da pandemia. A fortuna dos dez homens mais ricos do mundo dobrou, ao passo que a renda de 99% da humanidade decaiu. Cerca de 17 milhões de pessoas morreram por causa da doença e a desigualdade contribui para a morte de pelo menos uma pessoa a cada quatro segundos no mundo.

Em termos de desenvolvimento, julgo oportuno questionar, por fim, se não há, de facto, um interesse na manutenção de um eterno sistema de exploração para subsidiar o crescimento dos países mais desenvolvidos. Isso porque quando se estuda a temática, não se pode perceber um real interesse altruísta ou um movimento global orquestrado com vistas à diminuição da pobreza e das desigualdades. Esta percepção se torna ainda mais flagrante no que tange à classe mais desfavorecida da sociedade moçambicana.

⁵ <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mataA>

REFERÊNCIAS

Alkire, S. (2007). *The missing dimensions of poverty data: An introduction*. Oxford Poverty & Human Development Initiative [OPHI]. Recuperado de <http://www.ophi.org.uk/working-paper-number-0>

Arndt *et al.* Evolução da Pobreza e do bem-estar em Moçambique, 1996/97 – 2014/15. Desafios para Moçambique 2018. Maputo

Barros, F.F. (2014) Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012. Dissertação - Mestrado - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE

Brito, L., Castel-Branco, C., Chichava, S., Forquilha, S., Francisco, A. (2012). Desafios para Moçambique 2012. IESE. Maputo

Castel-Branco, C.N. (2015) «Capitalizando» O Capitalismo Doméstico – Porosidade e Acumulação Primitiva de Capital em Moçambique. IESE. Maputo

Comim, F. V., & Bagolin, I. P. (2002). Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, 23, 467-490

Crespo e Gurovitz (2002). A pobreza como um fenómeno multidimensional. *Electrónica*, volume 2, jul-dez/.

Egger *et al.* Evolution of Multidimensional Poverty Crisis - Ridden Mozambique. Wider Working Paper 2020/69. United Nations University. 2020

Forquilha (2020). Desafios para Moçambique. IESE. Maputo

Haughton, J. e Khander, S. (2009) Handbook on Poverty and Inequality. The World Bank, Washington DC

Laderchi, C.R., Saith, R., Stewart, F. (2003). Does it Matter that we do not Agree on the Definition of Poverty? A Comparison of Four Approaches. *Oxford Development Studies*, 31:3, 243-274.

Lopes *et al.* (2003) Indicador de pobreza aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte.

Muendane, Cardoso T. (2008) Observatórios do Desenvolvimento em Moçambique.

Neumayer, E. (2010) Weak versus Strong Sustainability: Exploring the Limits of Two Opposing

Paradigms. Edward Elgar, Northampton, MA.

Opschoor, J.B.Environment and Poverty.ISS Working Paper Series / General Series. 2007; Vol. 437, pp. 1–38). International Institute of Social Studies of Erasmus University

Oxfam Brasil (2022) A desigualdade mata. Disponível em <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>. Acesso em 3 de setembro de 2022

PNUD Moçambique (Não deixar ninguém para trás) 2018

Reed, D. 'Poverty and the Environment: Can Sustainable Development Survive Globalization?' Natural Resources Forum. 2002;26(3): 176-84.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?* FGV Editora, 1 edição. Rio de Janeiro

Sambo, M.G. (2020) Investimento Directo Estrangeiro e o Desenvolvimento Socioeconómico em Moçambique, Dinâmicas, Tensões e Desafios. IESE

Sen, A. K. (1996). Capacidad y bienestar. In M. C. Nussbaum, & A. K. Sen (Eds.), *La calidad de vida* (pp. 23-45). México: FCE. [Links](#)

SEN, Amartya K. (2000)Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras

Sousa, R. Reflexões sobre o Modelo de Desenvolvimento de Moçambique. Business Reporter, 2012

USEPA - Environmental Protection Agency. San Luis Basin Sustainability Metrics Project: A Methodology for Evaluating Regional Sustainability. EPA/600/R-10/182 USEPA, Cincinnati. 2010.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. Nairobi Maafikiano: From Decision to Action: Moving Towards an Inclusive and Equitable Global Economic Environment for Trade and Development. UN, 2016,

Vieira, S. Crescimento Económico, Desenvolvimento Humano e Pobreza. Análise da Situação em Moçambique. Cesa, 2005. Lisboa

WESS (World Economic and Social Survey). Sustainable Development Challenges, UN DESA, New York, 2013

World Bank. "Strong but not Broadly Shared Growth" Mozambique, Poverty Assessment. Poverty and Equity Global Practice Africa Region. 2018.

<http://documents.worldbank.org/curated/en/248561541165040969/pdf/Mozambique-Poverty-Assessment-Strong-But-Not-Broadly-Shared-Growth.pdf>

Wuyts, M. (2016). Inflação e pobreza – Uma perspectiva macroeconómica. IESE.
Maputo

<https://ophi.org.uk/research/multidimensional-poverty/alkire-foster-method>